

Irregularidade atinge 20% das obras públicas

INDÍCIOS GRAVES EM 5 CASOS NO CEARÁ (7/12/2003)

Rose Castilho

De cada cinco obras públicas no País, uma apresenta indícios de irregularidades. A informação é do presidente do Tribunal de Contas da União, ministro cearense, Valmir Campelo. Segundo ele, o TCU tem dado atenção especial às denúncias que partem da população, já que o número de obras públicas no País ultrapassa dez mil, o que dificulta uma fiscalização mais ampla. De acordo com o relatório de fiscalizações do Tribunal, no entanto, apenas cinco obras no Estado do Ceará se encontravam em 2003, com indícios graves de irregularidades.

Nesta semana, o TCU encaminhou ao Congresso Nacional o seu relatório anual sobre as fiscalizações feitas em todos os setores do Governo sobre a aplicação de recursos públicos e o cumprimento das Leis em vigor. No caso das obras feitas com recursos federais, o relatório foi remetido à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional sobre o resultado dos trabalhos de 381 fiscalizações em obras públicas federais, que representam R\$ 14,4 bilhões do orçamento da União para 2004. Desse total, 44% apresentaram indícios de irregularidades graves.

A maior parte das obras com indícios graves de irregularidades são relativas a recursos hídricos, a transportes e a projetos penitenciários. Em 88 obras que apresentam os indícios, foi recomendada a paralisação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos.

As fiscalizações em obras geraram economia imediata de aproximadamente R\$ 34,7 milhões decorrente de medidas adotadas pelos gestores durante a fiscalização (supressão de contratos desnecessários e promoção de licitação em separado de obras civis e sistemas).

Valmir Campelo afirma que é impossível saber quantas são as obras inacabadas no País. De acordo com ele, a mais antiga delas é a Ferrovia Transnordestina, iniciada na época do Império e hoje prioridade para a bancada nordestina na destinação de recursos do Orçamento 2004. Valmir Campelo defende alterações na Lei das Licitações e a instituição da quebra do sigilo bancário das empresas e pessoas denunciadas por irregularidades.

O presidente do TCU pede à população que preste mais atenção à forma com que o dinheiro público vem sendo aplicado.

Qualquer cidadão pode participar de uma fiscalização. Um morador, mesmo sem dizer seu nome, pode denunciar o prefeito, o governador. Pode dizer que ele recebeu um recurso para a construção de uma estrada mas que o está utilizando para outra coisa. Pode denunciar que uma licitação foi feita para favorecer uma pessoa da família ou que não foi feita. O TCU vai apurar esses casos, enfatizou.

E é justamente na área de transportes que se encontra o maior problema na paralisação e desvio de recursos de obras no Nordeste e em todo o Brasil. Entre os 322 contratos ou convênios para a realização de obras paralisadas, em todo o País, estão 13,5 mil quilômetros de obras em estradas, segundo informou o ministro dos Transportes, Anderson Adauto. Ele explica que a falta de investimentos em infra-estrutura não é um problema novo.

Anderson Adauto lembrou que, desde 1987, o Governo deixou de fazer investimentos em infra-estrutura, quando foi criado todo esse caos.

Os buracos nas estradas são apenas a parte mais aparente da falta de infra-estrutura. Em 1975, de acordo com ele, eram investidos 1,8% do PIB em infra-estrutura, enquanto que em 2003 o investimento equivale a apenas 0,2% do PIB.

Se o TCU investigou neste ano apenas cinco obras no Ceará, este não é o caso da Controladoria Geral da União, que por meio de sorteio de municípios, tem encontrado irregularidades em algumas obras em cidades cearenses fiscalizadas. Estas irregularidades são encaminhadas, tanto para o Tribunal, como para a Justiça, para serem analisadas e tomadas as devidas providências. Um dos exemplos de obras fiscalizadas pela CGU e encaminhadas ao TCU ocorreu no município de Santa Quitéria. Lá a CGU apontou a construção de aterro sanitário sem permissão dos órgãos ambientais e com localização divergente do plano de trabalho.

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) celebrou convênio com a prefeitura municipal no valor de R\$ 239.280,00, sendo R\$ 199.400,00 de recursos federais e R\$ 39.880,00 de contrapartida, sem exigir o Relatório de Impacto Ambiental e a Licença de Instalação dos órgãos ambientais.

"E é justamente na área de transportes que se encontra o maior problema na paralisação e desvio de recursos de obras no Nordeste e em todo o Brasil. "